

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS  
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2005 E 2004  
EM MILHARES DE REAIS**

**1. Contexto Operacional**

O PORTUS é uma entidade fechada de previdência complementar, sem fins lucrativos, com autonomia administrativa e financeira e prazo de duração indeterminado, regido pelas Leis Complementares nº 108 e 109, ambas de 29 de maio de 2001, e, obedece às normas expedidas pelo Ministério da Previdência Social – MPS, por intermédio da Secretaria de Previdência Complementar – SPC e do Conselho de Gestão da Previdência Complementar – CGPC.

A Entidade aplica seus recursos financeiros integralmente no País e não distribui lucro ou participações em seus investimentos.

O principal objetivo do Instituto é conceder a todos os seus participantes, assistidos e respectivos beneficiários os pagamentos de benefícios supletivos. Os patrocinadores são entidades que se dedicam às atividades portuárias, marítimas ou hidroviárias, ou que a elas se vinculem, e pelo próprio PORTUS. Outras entidades autorizadas pelo Conselho Deliberativo poderão tornar-se patrocinadoras por meio de adesão, na forma da lei, são Patrocinadores: CDC – Companhia Docas do Ceará; CDP – Companhia Docas do Pará; CDRJ – Companhia Docas do Rio de Janeiro; CODEBA – Companhia Docas do Estado da Bahia; CODERN – Companhia Docas do Rio Grande do Norte; CODESA – Companhia Docas do Espírito Santo; CODESP – Companhia Docas do Estado de São Paulo; CODOMAR – Companhia Docas do Maranhão; DOCAS -PB – Companhia Docas da Paraíba; EMAP – Empresa Maranhense de Administração Portuária; Porto do Recife S/A; PORTUS – Instituto de Seguridade Social; SNPH – Sociedade de Navegação Portos e Hidrovias do Estado do Amazonas e SPI- Superintendência do Porto de Itajaí.

**2. Planos de Benefícios**

O Plano de Benefícios é único de modalidade de “Benefício Definido” e tem por objetivo complementar o valor dos benefícios concedidos pela Previdência Social Oficial, em conformidade com os dispositivos do Regulamento, aprovado pela Secretaria de Previdência Social, mediante a Portaria nº. 813, de 19/12/2000. (\*)

**2.1 PLANO DE BENEFÍCIOS**

O Instituto administra um Plano Único, sua estrutura de gestão de investimento na modalidade “Unifundo”, efetuada internamente, pelo próprio.

A Secretaria de Previdência Complementar – SPC instituiu, por meio da Resolução CGPC no. 14, de 01 de outubro de 2004, o Cadastro Nacional de Planos de Benefícios das Entidades Fechadas de Previdência Complementar – CNPB, cujo objetivo é aprimorar os mecanismos de controle sobre cada plano de benefícios. Com a medida os planos terão maior visibilidade o que significa mais transparência e mais segurança jurídica para as partes envolvidas, especialmente para os participantes, assistidos, patrocinadores e instituidores. O Código do Plano no CNPB é Nº. 19.780.005-29.

(\*)redação alterada conforme Ofício 900/SPC/DETEC/CGAT, de 22/08/05.

## **2.2 PLANO DE CUSTEIO**

O Plano de Custeio é submetido a uma avaliação atuarial periodicamente, especialmente com relação às contribuições mensais das Patrocinadoras e Participantes Ativo e Assistido relacionadas a base de cálculo salariais.

## **3. Apresentação das Demonstrações Contábeis**

As demonstrações contábeis são elaboradas e estão sendo divulgadas em milhares de reais comparadas com o exercício anterior, de acordo com as práticas contábeis aplicáveis no Brasil e em observância à Resolução CGPC nº. 5, de 30 de janeiro de 2002 e, suas alterações posteriores, expedidas pelo Ministério da Previdência Social - MPS através da Secretaria da Previdência Complementar – SPC.

## **4. Principais Diretrizes Contábeis**

As principais práticas adotadas pela entidade são resumidas a seguir:

- a. A sistemática estabelecida pelo órgão normativo apresenta como principal característica à segregação dos registros contábeis em programas distintos, segundo a natureza e a finalidade das transações, compreendendo programa-fim (previdencial) e programas – meio (administrativo e de investimentos). O fluxo de recursos nas contas de resultado, envolvendo cobranças e repasses entre os mesmos, é efetuado por meio de contas de transferências interprogramas;
- b. Os recursos coletados, as receitas e as rendas/variações positivas auferidas no mês, independentemente de sua efetiva realização, os recursos utilizados, as despesas e as deduções/variações negativas, pagas ou incorridas no mês correspondente são registrados segundo o Princípio da Competência;
- c. Os títulos e valores mobiliários, com exceção das ações, estão classificados nas categorias:
  - Títulos para negociação - Avaliado pelo valor de mercado, a valorização /desvalorização apurada em relação ao critério “*pró rata temporis*” foram registradas e apropriados em conta de resultado, como ajuste a valor de mercado; e
  - Títulos mantidos até o vencimento são registrados ao custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos *pró-rata* dia até a data do balanço e apropriados diretamente ao resultado.

De acordo com o disposto na Resolução CGPC nº. 04, de 30 de janeiro de 2002, os valores de custo e de mercado, segregados por tipo de título, bem como os parâmetros utilizados para suas determinações, são encaminhados, trimestralmente, à Secretaria de Previdência Complementar – SPC através do Demonstrativo Analítico de Investimentos e de Enquadramento das Aplicações – DAIEA;

d. O ágio e deságio ocorridos na aquisição de títulos foram corrigidos e amortizados, mensalmente, à despesa ou receita *pró rata* dia, pelo prazo que decorre da aquisição até o vencimento do título;

e. As ações adquiridas no mercado à vista são registradas pelo custo de aquisição, acrescido de despesas de corretagens e outras taxas, avaliadas ao valor de mercado pela cotação média do último dia do mês em que o título tenha sido negociado na Bolsa de Valores, em que tenha alcançado maior liquidez. A variação oriunda da comparação entre os valores contábeis e os de mercado foi apropriada diretamente ao resultado do exercício, admitindo-se a compensação.

As ações não negociadas em bolsa ou em mercado de balcão organizado, por período superior a seis meses, foram avaliadas pelo último valor patrimonial publicado ou custo, dos dois o menor.

As rendas / variações positivas provenientes de bonificações ou por outros direitos, dividendos de ações e juros sobre capital próprio foram reconhecidas contabilmente em atendimento ao regime de competência;

f. Os investimentos imobiliários estão registrados ao custo de aquisição e são depreciados, exceto terrenos, pelo método linear à taxa de 2% ao ano ou às taxas correspondentes ao tempo de vida útil remanescente fixada no último laudo de reavaliação. Os imóveis são reavaliados, periodicamente, de acordo com a legislação vigente, RES/CMN nº. 3.121/03, os ajustes da reavaliação, positivos ou negativos são contabilizados nas contas específicas em contrapartida do resultado.

g. As operações com participantes correspondem a empréstimos simples e remanescentes financiamentos imobiliários. Os empréstimos apresentam o valor do Principal, e os financiamentos, o valor do principal acrescido da correção monetária e juros até a data do balanço. Para os empréstimos é cobrada a taxa de 2% a 2,3% ao mês e sobre o saldo de financiamento incidem, semestralmente, o índice de reajuste salarial dos participantes ou a Taxa Referencial;

h. As provisões são constituídas em função da verificação de atraso no recebimento de parcelas vencidas e vincendas, para fazer face às operações de direitos creditórios de difícil liquidação e para cobrir possíveis perdas de investimentos realizados em instituições sob regime especial em atendimento as normas específicas;

i. Os bens que constituem o Permanente - Imobilizado estão registrados ao custo de aquisição e são depreciados pelo método linear às taxas estabelecidas em função do tempo de vida útil, conforme determinado no Anexo E - Normas de Procedimentos Contábeis da Resolução CGPC nº. 10/2002.

<b>Descrição</b>	<b>Taxa ao ano</b>
<b>Móveis e Utensílios</b>	<b>10 %</b>
<b>Máquinas e Equipamentos</b>	<b>10 %</b>
<b>Computadores e Periféricos</b>	<b>20 %</b>
<b>Diferido</b>	<b>20 %</b>
<b>Software</b>	<b>20 %</b>

j. O registro das despesas administrativas é realizado por meio de sistema de alocação direta e identificado por centros de custos individualizados por Área;

k. O imposto de renda pessoa jurídica foi recolhido com base no Regime Especial de Tributação – RET, conforme Medida Provisória nº 2.222, de 04 de setembro de 2001, em vigor até 31 de dezembro de 2004, revogado pela Lei nº 11.053, de 29 de dezembro de 2004 pelo valor registrado no Contingencial; e

l. Posteriormente ao pagamento do débito do IRRF, efetuou-se revisão nos cálculos sendo constatado que foram recolhidos valores cujas bases de cálculos estavam isentas de tributação por motivos diversos, acarretando recolhimento significativamente superior ao valor devido.

Diante do fato o PORTUS recorreu administrativamente junto à Secretaria da Receita Federal, para recuperação dos valores recolhidos indevidamente, conseqüentemente, iniciou o processo de compensação mensal relativa ao montante R\$11.272 mil. Em 9 de julho de 2004 através do Comunicado nº. 122/2004, a Secretaria da Receita Federal indeferiu o processo de compensação, ignorando o que foi recolhido indevidamente. O PORTUS interpôs sua manifestação de inconformidade, argumentando que não poderia recolher valores que não devia. A chance de êxito do PORTUS no processo é muito provável, sendo desta maneira, desnecessária a realização de provisionamento conforme afirmação da Martinelli Advocacia Empresarial, escritório responsável pelo processo.

## 5. Programa Previdencial

### 5.1 RECURSOS A RECEBER

Descrição	Exercícios findos em	
	31.12.05	31.12.04
<b>Contribuições</b>	<b>187.021</b>	<b>106.459</b>
Normais do mês	2.971	2.623
Extraordinárias do mês	1.259	667
Contratadas vincendas	182.791	103.169
<b>Contribuições em Atraso</b>	<b>73.126</b>	<b>123.993</b>
Normais	50.435	47.391
Extraordinárias Ano 2001	5.126	4.473
Contratadas	17.565	72.129
<b>Outros recursos a receber</b>	<b>150.031</b>	<b>137.835</b>
Créditos com a PORTOBRÁS	130.353	117.065
Abono a recuperar	19.073	20.028
Recuperação de CPMF	436	573
Depósito Judicial	169	169
<b>Subtotal - R\$ mil</b>	<b>410.178</b>	<b>368.287</b>
<b>Provisão para crédito de liquidação duvidosa</b>		
Contribuições normas em atraso	(44.135)	(43.546)
Contribuições extraordinárias em atraso Ano 2001	(5.126)	(4.473)
Contribuições contratadas	(7.965)	(57.731)
Créditos com a PORTOBRÁS	(130.353)	(117.065)
<b>Subtotal - R\$ mil</b>	<b>(187.579)</b>	<b>(222.815)</b>
<b>Total - R\$ mil</b>	<b>222.599</b>	<b>145.472</b>

Em 2005 a provisão representa 46% dos créditos a receber, no exercício anterior 61% do total de créditos a receber e em consonância com a Resolução CGPC nº 05, de 30 de janeiro de 2002 e suas alterações.

**DEMONSTRATIVO DA COMPOSIÇÃO CONSOLIDADA DAS CONTRIBUIÇÕES EM ATRASO**

<b>Descrição</b> <b>Patrocinadores</b>	<b>Exercícios findos em</b>	
	<b>31.12.05</b>	<b>31.12.04</b>
Sociedade de Navegação Portos e Hidrovias do Estado da Amazon	1.198	882
Porto do Recife	3.382	2.924
Administração das Hidrovias da Amazônia Ocidental	35	24
Cia. Docas do Pará	23	18
Administração das Hidrovias da Amazônia Oriental	1	1
Administração das Hidrovias do Tocantins e Araguaia	1	1
Administração da Hidrovia do Nordeste	51	21
Cia. Docas do Rio Grande do Norte	2.558	2.452
Cia. Docas da Paraíba	174	195
Administração do Porto de Maceió	6	5
Cia. Docas da Bahia	1.598	1.196
Administração das Hidrovias do São Francisco	7	5
Cia. Docas do Rio de Janeiro	11.834	17.224
Cia. Docas do Ceará	2	1
Cia. Docas do Espírito Santo	108	95
Cia. Docas do Estado de São Paulo	34.189	26.515
Superintendência do Porto de Itajaí	353	269
Administração do Porto Fluvial de Estrela	13	11
Administração da Hidrovia do Paraná	12	11
Administração das Hidrovias do Sul	16	14
<b>Sub Total (I)</b>	<b>55.561</b>	<b>51.864</b>
<b>( - ) Provisão para Devedores Duvidosos</b>		
Sociedade de Navegação Portos e Hidrovias do Estado da Amazon	1.111	797
Porto do Recife	3.326	2.924
Administração das Hidrovias da Amazônia Ocidental	30	20
Cia. Docas do Pará	22	19
Administração das Hidrovias da Amazônia Oriental	1	1
Administração das Hidrovias do Tocantins e Araguaia	1	1
Administração da Hidrovia do Nordeste	45	17
Cia. Docas do Rio Grande do Norte	2.539	2.358
Cia. Docas da Paraíba	134	121
Administração do Porto de Maceió	6	5
Cia. Docas da Bahia	1.566	1.014
Administração das Hidrovias do São Francisco	7	4
Cia. Docas do Rio de Janeiro	10.924	16.365
Cia. Docas do Ceará	2	1
Cia. Docas do Espírito Santo	108	94
Cia. Docas do Estado de São Paulo	29.064	23.992
Superintendência do Porto de Itajaí	332	250
Administração do Porto Fluvial de Estrela	13	11
Administração da Hidrovia do Paraná	13	11
Administração das Hidrovias do Sul	16	14
<b>Sub Total (II)</b>	<b>(49.260)</b>	<b>(48.019)</b>
<b>Total (I + II)</b>	<b>6.301</b>	<b>3.845</b>

De acordo com os critérios no Art. 31 da Resolução nº 05, de 30 de janeiro 2002, alterada pela Resolução nº 10, de 05 de julho de 2002, foi constituída provisão para créditos de liquidação duvidosa no montante de R\$ 49.260 mil em 2005 e R\$ 49.019 em 2004.

**DEMONSTRATIVO DA COMPOSIÇÃO CONSOLIDADA DAS CONTRIBUIÇÕES CONTRATADAS EM ATRASO**

Patrocinadoras	Exercícios findos em	
	31.12.05	31.12.04
Cia. Docas do Rio de Janeiro	159.675	131.268
Cia. Docas do Rio Grande do Norte	10.972	10.533
Porto do Recife	2.717	2.634
Cia Docas do Pará	78	78
Cia Docas da Paraíba	225	161
Cia Docas do Estado de São Paulo	17.477	22.331
Sociedade de Navegação Portos e Hidrovias do Estado da Amazô	9.212	8.293
<b>Sub Total ( I )</b>	<b>200.356</b>	<b>175.298</b>
<b>( - ) Provisão para Devedores Duvidosos</b>		
Cia. Docas do Rio de Janeiro	-	52.003
Cia. Docas do Rio Grande do Norte	6.385	4.600
Porto do Recife	1.254	842
Sociedade de Navegação Portos e Hidrovias do Estado da Amazô	326	286
<b>Sub Total ( II )</b>	<b>(7.965)</b>	<b>(57.731)</b>
<b>Total ( I + II )</b>	<b>192.391</b>	<b>117.567</b>

## 5.2 RECURSOS A RECEBER – COBRANÇAS JUDICIAIS

Em continuidade ao processo de cobrança o Jurídico do Instituto no decorrer deste exercício acompanhou os 19 (dezenove) processos de cobranças de contribuições, totalizando R\$ 29.209 em 2005 e R\$ 201.406 em 2004, cuja probabilidade de êxito é muito provável.

A seguir apresentamos quadro demonstrativo:

N.º Processo	Cia.	Entrada			Valor da Causa	
		Processo	Tipo	Vara	2005	2004
2004.001.133914-	CODOMAR	16/11/04	Cobrança	45 <sup>a</sup>	-	3.302
2004.001.107580-	CDRJ	10/09/04	Cobrança	21 <sup>a</sup>	-	36.730
2004.001.107604-	SPI	10/09/04	Cobrança	09 <sup>a</sup>	2.377	2.377
2004.001.107597-	DOCAS PB	10/09/04	Cobrança	38 <sup>a</sup>	751	751
2004.001.107589-	SNPH	10/09/04	Cobrança	50 <sup>a</sup>	2.592	2.592
2004.001.107570-	CDC	10/09/04	Cobrança	49 <sup>a</sup>	-	6.156
2004.001.112852-	RECIFE	23/09/04	Cobrança	42 <sup>a</sup>	3.980	3.980
2004.001080421-0	CODERN/RECIFE	01/07/04	Declar./Cobr.	42 <sup>a</sup>	4.098	4.098
2004.001.071194-	PARAÍBA	07/06/04	Cobrança	38 <sup>a</sup>	-	111
2004.001.025875-	CODERN	04/03/04	Execução	10 <sup>a</sup>	8.814	8.814
2004.001.025878-	CODERN	04/03/04	Cobrança	42 <sup>a</sup>	883	883
2004.001.025881-	CDRJ	04/03/04	Execução	40 <sup>a</sup>	-	110.120
2004.001.133909-	CODEBA/AHSFRA	16/11/04	Execução	30 <sup>a</sup>	-	251
2004.001.026759-	CODEBA	08/03/04	Execução	14 <sup>a</sup>	-	10.029
2001.001.037856-	CDRJ	06/04/01	Execução	33 <sup>a</sup>	-	3.860
2000.001.141645-	CDRJ	26/10/00	Cobrança	49 <sup>a</sup>	-	1.638
2000.001.157697-	CODERN	09/11/00	Execução	31 <sup>a</sup>	437	437
2000.001.157700-	CODERN	14/11/00	Cobrança	24 <sup>a</sup>	606	606
001.001.121234-3	SNPH	08/10/01	Cobrança	13 <sup>a</sup>	4.671	4.671
<b>Cobranças Judiciais a Receber - R\$ mil</b>					<b>29.209</b>	<b>201.406</b>

## 5.3 PATROCINADORAS EM SITUAÇÕES ESPECIAIS

### PORTOBRÁS

A dívida da extinta Patrocinadora Empresa de Portos do Brasil – PORTOBRÁS está atualizada até 31 de dezembro de 2005, pelo valor de R\$ 130.353 mil (R\$ 117.065 mil em 2004), com 100% do valor provisionado para perda. A cobrança está sob execução judicial. Cabendo ressaltar que o Processo encontra-se com Perito desde 08/05/2005 cujo valor reavaliado pericialmente gira em torno de R\$ 700.000 mil, estando o referido Processo sob o monitoramento do Atuário Externo e Assessoria Jurídica.

## PORTO DE ITAJAÍ

Em 20 de julho de 2004 a Superintendência do Porto de Itajaí recebeu Mandado de Citação Cautelar – Autos nº. 033.04.016.172-5, intimando-a a depositar os valores até o montante de R\$ 130 mil, em conta remunerada e vinculada ao mencionado processo.

### 6. Programa de Investimentos

Em 31 de dezembro de 2005, a Entidade possuía os recursos garantidores do exigível atuarial, em consonância com a Resolução CMN nº. 3.121, de 25 de setembro de 2003, conforme quadro a seguir.

#### DEMONSTRATIVO DA COMPOSIÇÃO CONSOLIDADA DA CARTEIRA DE INVESTIMENTOS

Descrição	Exercícios findos em	
	31.12.05	31.12.04
<b>RENDA FIXA</b>	<b>94.669</b>	<b>86.603</b>
Títulos de Responsabilidade do Governo Federal	45.180	50.238
Aplicações em Instituições Financeiras	17.653	20.376
Títulos de Empresas	31.836	15.989
<b>RENDA VARIÁVEL</b>	<b>75.276</b>	<b>106.820</b>
Mercado de Ações	60.390	84.619
Mercado de opções	692	2.197
Empréstimos de ações	-	15
Fundos de Investimento	14.194	19.989
<b>INVESTIMENTOS IMOBILIÁRIOS</b>	<b>86.275</b>	<b>90.874</b>
Edificações para Uso	4.667	4.697
Edificações para renda	39.000	47.084
Shopping Center	14.091	17.517
Créditos a receber (alienações)	27.471	19.129
Fundos de Investimentos Imobiliários	1.046	2.447
<b>OPERAÇÕES COM PARTICIPANTES</b>	<b>23.352</b>	<b>18.280</b>
Empréstimos	23.340	18.267
Financiamentos Imobiliários	12	13
<b>OUTROS</b>	<b>-</b>	<b>991</b>
<b>PROGRAMA DE INVESTIMENTOS - R\$ mil</b>	<b>279.572</b>	<b>303.568</b>

O custo do terreno foi incorporado à Edificação.

## 6.1 RENDA FIXA

Em 31 de dezembro de 2005, a Entidade possuía a seguinte carteira de títulos e valores mobiliários, na carteira própria e nos fundos de investimentos exclusivos:

### 6.1.1 TÍTULOS MANTIDOS ATÉ O VENCIMENTO:

Por Vencimento:

Títulos Privados	31.12.05					Total Títulos
	Até 01 ano	01 a 05 anos	05 a 10 anos	10 a 15 anos	Acima de 15 anos	
Debêntures não conversíveis	7.292	-	-	-	-	7.292
Debêntures conversíveis	-	2.191	-	-	-	2.191
Quotas de FIF - Renda Fixa	-	10.656	-	-	-	10.656
Notas Promissórias Distrib.Pública	-	22.353	-	-	-	22.353
<b>Total - R\$ mil</b>	<b>7.292</b>	<b>35.200</b>	-	-	-	<b>42.492</b>

### 6.1.2 TÍTULOS PARA NEGOCIAÇÃO:

Por Vencimento:

Títulos Privados	31.12.05					Total Títulos
	Até 01 ano	01 a 05 anos	05 a 10 anos	10 a 15 anos	Acima de 15 anos	
Certificados Depósitos Bancários	6.576	-	-	-	-	6.576
Quotas de FIF - Renda Fixa	421	-	-	-	-	421
<b>Total - R\$ mil</b>	<b>6.997</b>	-	-	-	-	<b>6.997</b>

Por Vencimento:

Títulos Públicos	31.12.05					Total Títulos
	Até 01 ano	01 a 05 anos	05 a 10 anos	10 a 15 anos	Acima de 15 anos	
Notas do Tesouro Nacional	-	-	-	-	11.957	11.957
Letras Financeiras do Tesouro	33.223	-	-	-	-	33.223
<b>Total - R\$ mil</b>	<b>33.223</b>	-	-	-	<b>11.957</b>	<b>45.180</b>

Os Títulos acima mencionados estão precificados consoante ao que estabelece a Resolução/CGPC 04/02.

Em atendimento à Resolução nº 15, de 23 de agosto de 2005, informamos que alienamos LFT's antes do vencimento tendo em vista que as mesmas estavam negociadas em ágio no mercado secundário, naquele momento era vantajosa sua venda parcial e necessária, no montante ideal para atendimento do fluxo de caixa, a saber:

Data Venda: 19/12/2005 – Quantidade – 1.450 - Valor R\$ 3.709 mil

Informamos que em 2005, foram transferidos de categoria os Títulos a saber:

a. Títulos mantidos até o vencimento para Títulos para Negociação;  
Certificados Depósitos Bancários, Letras Financeiras do Tesouro e Notas do Tesouro Nacional.

b. Títulos para Negociação para Títulos mantidos até o vencimento;  
Debêntures Conversíveis, Debêntures não Conversíveis e Quotas de FIF-Renda Fixa.

## 6.2 RENDA VARIÁVEL

Descrição	Exercícios findos em	
	31.12.05	31.12.04
Mercado de Ações	61.082	86.831
Fundos de Investimentos	14.194	19.989
<b>Total - R\$ mil</b>	<b>75.276</b>	<b>106.820</b>

## 6.3 INVESTIMENTOS IMOBILIÁRIOS

Descrição	Exercícios findos em	
	31.12.05	31.12.04
Edificações para Uso	4.667	4.697
Edificações para Renda	39.000	47.084
Shopping Center	14.091	17.517
Alienações de Imóveis	27.471	19.129
Fundo de Investimento	1.046	2.447
<b>Total - R\$ mil</b>	<b>86.275</b>	<b>90.874</b>

### 6.3.1. IMÓVEIS PARA USO PRÓPRIO

Descrição	Especificação	Localização	Exercícios findos em	
			31.12.05	31.12.04
Rua Liberdade, 41	Casa	Santos – SP	341	355
Centro Empresarial de Vitória	Sala 320	Brasília – DF	74	78
Edifício M.O.Center	Salas	Vitória – ES	16	17
Edifício São Bento Oito	Sala 704	Fortaleza – CE	48	49
Edifício São Bento Oito	6º Andar	Rua São Bento, 8	2.094	2.099
Edifício São Bento Oito	7º Andar	Rua São Bento, 8	2.094	2.099
<b>Total - R\$ mil</b>			<b>4.667</b>	<b>4.697</b>

Os imóveis destinados ao uso próprio estavam em 31 de dezembro de 2005 cobertos por apólices de seguro em montante considerado pelo PORTUS como adequado para cobertura de eventuais sinistros.

Rua São Bento, nº 8/ 6º pavimento: Valor máximo de indenização: R\$ 1.025 mil; e

Rua São Bento, nº 8/ 7º pavimento: Valor máximo de indenização: R\$ 1.025 mil.

## REPRESENTAÇÕES:

REP/Vitória - salas 1112/1113 - Valor Máximo de indenização:	R\$ 70 mil
REP/Brasília - Valor máximo de indenização:	R\$ 50 mil
REP/Fortaleza - Valor máximo de indenização:	R\$ 55 mil
REP/Santos - Valor máximo de indenização:	R\$ 290 mil
REP/Salvador - Valor máximo de indenização:	R\$ 50 mil
REP/Recife - Valor máximo de indenização:	R\$ 40 mil

### 6.3.2. IMÓVEIS PARA RENDA

Os imóveis para renda são segurados pelos locatários através do condomínio, demonstramos a composição da carteira:

Descrição	Especificação	Localização	Exercícios findos em	
			31.12.05	31.12.04
Edifício Almare	17º andar	Rio Branco nº 37 –	-	381
Edifício Argentina	12º andar	Rio de Janeiro - RJ	-	6.059
Edifício Argentina	13º andar	Rio de Janeiro – RJ	5.969	6.060
Edifício Argentina	3º andar	Rio de Janeiro – RJ	5.969	6.060
Edifício Nove de Julho	117 vagas	Rio de Janeiro – RJ	1.393	2.089
Edifício Garagem S.B.	11 vagas	Rio de Janeiro – RJ	28	93
Edifício C.E.I.R	13º e 14º	Rio de Janeiro – RJ	14.157	13.322
Edifício Coliseu	Sala 2314	Porto Alegre – RS	21	23
Edifício S. Dumont	25º andar	Rio de Janeiro – RJ	-	505
Edifício São Bento Oito	15º andar	Rio de Janeiro – RJ	2.094	2.099
Av.Estados Unidos	100%	São Paulo – SP	4.113	4.972
Edifício B. Trade II	2º andar (24	Rio de Janeiro – RJ	4.218	4.425
<b>Subtotal - R\$ mil</b>			<b>37.962</b>	<b>46.088</b>
Aluguéis a Receber	Diversos	Diversos	911	947
Valores a Recuperar	Diversos	Diversos	121	43
Depósito Judicial			6	6
<b>Subtotal - R\$ mil</b>			<b>1.038</b>	<b>996</b>
<b>Total - R\$ mil</b>			<b>39.000</b>	<b>47.084</b>

Os valores a receber referem-se a IPTU, aluguéis atrasados e outras e, o os depósitos judiciais ao imposto de transmissão do 25º do Edifício Santos Dumont.

### 6.3.3. INVESTIMENTOS EM SHOPPING CENTER

As Administrações dos Condomínios em *Shopping Center* cobram aos locatários a parcela correspondente ao seguro da loja.

Descrição	Participação	Localização	Exercícios findos em	
			31.12.05	31.12.04
CNB	5,00%	Brasília – DF	8.937	9.129
Taubaté Shopping	20,00%	Taubaté – SP	5.018	4.515
Santa Ursula Shopping (**)	28,50%	Riberão Preto – SP	-	3.726
CNB (*)	5,00%	Brasília – DF (*)	136	147
<b>Total - R\$ mil</b>			<b>14.091</b>	<b>17.517</b>

OBS: (\*) – Valor correspondente à garantia de remuneração apropriado por competência.  
(\*\*) – Vendidos em 2005.

### 6.3.4 - FUNDO DE INVESTIMENTO

#### 6.3.4.1 - Fundo de Investimento Imobiliário Géó – Guararapes

Descrição	Exercícios findos em	
	31.12.05	31.12.04
Fundo de Investimento Géó - Guararapes	1.046	2.447
<b>Total - R\$ mil</b>	<b>1.046</b>	<b>2.447</b>

### 6.3.5 - IMÓVEIS ALIENADOS EM 2005

Descrição	Localização	Exercícios findos em	
		31.12.05	31.12.04
Edifício Santos Dumont 25º andar	Rio de Janeiro	220	-
Edifício Argentina 12º andar	Rio de Janeiro	7.000	-
Edifício Garagem 9 de Julho (39 vagas)	Rio de Janeiro	700	-
Edifício Almare nº 37, 17º andar	Rio de Janeiro	250	-
Shopping Santa Úrsula 17,43%	Blumenau	2.289	-
Shopping Santa Úrsula 11,07%	Blumenau	1.457	-
<b>Total - R\$ mil</b>		<b>11.916</b>	<b>-</b>

### 6.3.6 VALORES A RECEBER POR ALIENAÇÃO

Descrição	Exercícios findos em	
	31.12.05	31.12.04
<i>Shopping Newmarket</i>	3.444	4.167
Terreno da Rua Equador, 43 - Em cobrança Judicial	8.476	8.476
<i>Shopping Mogi das Cruzes</i>	7.822	11.034
Edifício Coliseu - RS salas 2301/2302/2303/2304/2307/2308	77	77
Edifício Almare - salas 404/5/6 e 410/11/12	13	52
Shopping Stª Ursula 11,07%	1.457	-
Shopping Stª Ursula 17,43%	2.289	-
Edifício Stos. Dumont	220	-
Edifício Argentina 12º andar	7.700	-
Edifício Almare 17º andar	250	-
Prédio da Pça Mauá N.º 10	4.276	3.876
<b>Valores a Receber - R\$ mil</b>	<b>36.024</b>	<b>27.682</b>
<b>Provisão para Devedores Duvidosos</b>		
Terreno da Rua Equador, 43 - Em cobrança Judicial	(8.476)	(8.476)
Edifício Coliseu - RS salas 2301/2302/2303/2304/2307/2308	(77)	(77)
<b>Valores Provisionados - R\$ mil</b>	<b>(8.553)</b>	<b>(8.553)</b>
<b>Total - R\$ mil</b>	<b>27.471</b>	<b>19.129</b>

### 6.3.7 REAVALIAÇÃO DE IMÓVEIS

De acordo com a Resolução CMN nº 3.121, de 25 de setembro de 2003, a Entidade optou por efetuar a reavaliação de todos os imóveis da carteira imobiliária.

As reavaliações foram efetuadas por empresas especializadas e os ajustes, positivos ou negativos, foram contabilizados com base em laudos técnicos. O resultado acumulado representa um ajuste negativo de R\$ 395 mil.

<b>Imóveis Reavaliados em 2005</b>		<b>Valor</b>	<b>Valor</b>	
<b>Descrição</b>	<b>Avaliador</b>	<b>do Laudo</b>	<b>Contábil</b>	<b>Ajuste</b>
Edifício Argentina - 3º, 12º e 13º - RJ	CCA	18.000	17.768	232
Edifício São Bento, 15º - RJ	CCA	2.100	2.073	27
Edifício Nove de Julho - RJ	CCA	2.100	2.042	58
Edifício Garagem São Bento - RJ	CCA	29	91	(62)
Av. Rio Branco - 13º e 14º - RJ	CCA	14.200	13.146	1.054
Av.Estados Unidos - SP	SETAPE	4.126	4.928	(802)
Edifício Barra Trade II - 2º - RJ	CCA	4.230	4.370	(140)
Edifício Almare - 17º - RJ	CCA	350	360	(10)
Edifício São Bento - 6º - RJ	CCA	2.100	2.073	27
Edifício São Bento - 7º - RJ	CCA	2.100	2.073	27
Taubaté <i>Shopping Center</i> - SP	SETAPE	5.028	4.433	595
<b>Sub Total</b>		<b>54.363</b>	<b>53.357</b>	<b>1.006</b>
Fundo de Inv.Imobil. Geo Guararapes	JONES LANG	1.046	2.447	(1.401)
<b>Total - R\$ mil</b>		<b>55.409</b>	<b>55.804</b>	<b>(395)</b>

#### LEGENDA.:

CCA CÂMARA DE CONSULTORES ASSOCIADOS , CNPJ - 00.468.200/0001-73  
SETAPE SERVIÇOS TÉCNICOS DE AVALIAÇÃO DO PATRIMÔNIO , CNPJ - 44.157.543/0001-92  
JONES LANG JONES LANG LA SALLE , CNPJ – 00.999.856/0001-12

<b>Imóveis Reavaliados em 2004</b>				
<b>Descrição</b>	<b>Avaliador</b>	<b>Laudos</b>	<b>Contábil</b>	<b>Ajuste</b>
Edifício Argentina - 3º, 12º e 13º - RJ	CCA	18.270	17.107	1.163
Edifício São Bento, 15º - RJ	CCA	2.100	919	1.181
Edifício Nove de Julho - RJ	CCA	2.100	1.886	214
Edifício Garagem São Bento - RJ	CCA	94	103	(9)
Av. Rio Branco - 13º e 14º - RJ	CCA	13.400	14.734	(1.334)
Edifício Coliseu - sala 2314 - RS	CCA	23	19	4
Edifício S. Dumont - 25º - RJ	CCA	508	556	(48)
Av.Estados Unidos - SP	SETAPE	4.997	2.361	2.636
Edifício Barra Trade II - 2º - RJ	CCA	4.450	2.553	1.897
Edifício Almare - 17º - RJ	CCA	385	372	13
Edifício São Bento - 6º - RJ	CCA	2.100	1.277	823
Edifício São Bento - 7º - RJ	CCA	2.100	1.277	823
Rua Liberdade, 41 - SANTOS	CCA	360	230	130
Centro Empresarial de Brasília - sala 320 -	CCA	80	67	13
Edifício BEMGE - salas 1112 e 1113 - ES	CCA	17	16	1
Edifício Madison - sala 704 - CE	CCA	49	25	24
Terrenos MOGI Glebas B - SP	SETAPE	1.099	1.275	(176)
Terrenos MOGI Glebas C - SP	SETAPE	3.211	4.395	(1.184)
Shopping Center Brasília - DF	ADVISER	9.192	7.209	1.983
Taubaté Shopping Center - SP	SETAPE	4.552	3.191	1.361
Shopping Center Neumarkt - SC	ADVISER	4.100	4.385	(285)
Mogi Shopping Center - SP	SETAPE	11.500	7.898	3.602
Shopping Center Santa Úrsula - SP	CCA	3.754	28.156	(24.402)
<b>Total - R\$ mil</b>		<b>88.441</b>	<b>100.011</b>	<b>(11.570)</b>

#### 6.4. OPERAÇÕES COM PARTICIPANTES

<b>Descrição</b>	<b>Exercícios findos em</b>	
	<b>31.12.05</b>	<b>31.12.04</b>
Empréstimos	23.340	18.267
Financiamentos imobiliários	12	13
<b>Total - R\$ mil</b>	<b>23.352</b>	<b>18.280</b>

## 7. Provisão para perdas com Investimentos

Foi constituída em exercícios anteriores a provisão para perdas em investimentos realizados de difícil liquidação e sob regime especiais.

Descrição	Exercícios findos em	
	31.12.05	31.12.04
<b>Renda Fixa</b>	<b>46.623</b>	<b>51.537</b>
Títulos do Governo Federal	8.785	8.785
Título da Dívida Agrária	8.785	8.785
Títulos do Governo Estadual	13.155	13.155
Letras Financeiras do Tesouro de Alagoas	13.155	13.155
Títulos de Empresas	24.683	29.597
Debêntures Conversíveis	-	2.959
NET Serviços de Comunicação	-	166
Valores a Receber		
DHB Direções Hidro do Brasil S.A.	-	2.793
Debêntures não Conversíveis	24.683	26.638
Master S.A.	24.683	17.625
Cia. Docas de Imbituba	-	9.013
<b>Renda Variável</b>	<b>3.055</b>	<b>3.055</b>
Master S.A.	3.055	3.055
<b>Investimentos Imobiliários</b>	<b>1.853</b>	<b>6.707</b>
Fundos de Investimentos Imobiliários	1.853	6.707
Master S.A.	1.853	6.707
<b>Outros Investimentos</b>	<b>4.527</b>	<b>4.527</b>
Nova América S.A.	4.527	4.527
<b>Total - R\$ mil</b>	<b>56.058</b>	<b>65.826</b>

## 8. Provisão para Devedores Duvidosos

As provisões foram constituídas para fazer face às operações representadas por direitos creditórios de liquidação duvidosa.

O procedimento adotado visa atender o princípio contábil do conservadorismo, uma vez que esses créditos são passíveis de não recebimentos.

Descrição	Exercícios findos em	
	31.12.05	31.12.04
<b>Investimentos Imobiliários</b>		
Direitos em Aliações	8.553	8.553
Vigo Empreendimentos Imobiliários	8.476	8.476
Olavo Wilmar Wentz	9	9
Francioni do Brasil Importadora Ltda.	29	29
Jesse Nilson Pinto Parodia	39	39
<b>Total - R\$ mil</b>	<b>8.553</b>	<b>8.553</b>

A área jurídica do Portus dispõe de um controle individualizado de acompanhamento de todos os processos para cobrança dos direitos creditórios.

## **9. Contingências Previdenciais**

O PORTUS, fundamentado na opinião da Assessoria Jurídica, constituiu provisões para fazer face às ações interpostas por ex-participantes sobre devolução de contribuições pessoais e patronais.

## **10. Exigível Atuarial**

As Provisões Matemáticas do Plano de Benefícios são registradas conforme cálculos do consultor atuarial externo GLOBALPREV Consultores Associados de acordo com o Parecer Atuarial, datado de 09 de fevereiro de 2006.

As Provisões Matemáticas foram reavaliadas em 31 de dezembro de 2005, com base em dados cadastrais de participantes e assistidos posicionados nesta data.

Na avaliação atuarial foram adotados os regimes financeiros de repartição simples, capitais de cobertura e capitalização individual para avaliação dos encargos e receitas, em consonância com a Legislação aplicável e métodos atuariais internacionalmente aceitos:

**Repartição Simples:** Futuros Pecúlios por morte, Futuras Suplementações de Auxílio-Doença, Contribuições, Soma anual de Salários de Participação, e Portabilidade;

**Repartição de Capitais de Cobertura:** Futuras Suplementações de Aposentadoria por Invalidez, reversões em pensões das Futuras Suplementações de Aposentadoria por Invalidez e Futuras Pensões por morte de participantes falecidos em atividade, e Auxílio Reclusão;

**Capitalização Individual pelo Método PUC:** Futuras Suplementações de Aposentadoria Programadas e reversões em pensões das Futuras Suplementações de Aposentadoria Programadas; e

**Capitalização Individual:** atuais benefícios já concedidos, reversões em pensões das atuais Suplementações de Aposentadorias e futuros pecúlios por morte de participantes falecidos em gozo de aposentadoria e Benefício Proporcional Diferido.

### **10.1. BENEFÍCIOS CONCEDIDOS**

Em linhas gerais, a provisão matemática de benefícios concedidos representa a diferença entre o valor atual das obrigações futuras da Entidade com os participantes e beneficiários em gozo de benefício de prestação continuada e o valor atual das contribuições líquidas desses participantes, registradas de acordo com Nota Técnica Atuarial, a saber:

**Benefícios do Plano** – registram o valor atual dos benefícios a serem pagos aos participantes e beneficiários já em gozo de benefício de prestação continuada; e

**Outras Contribuições da Geração Atual** – registram o valor atual das contribuições futuras líquidas, que são realizadas pelas Patrocinadoras e dos Participantes.

## **10.2. BENEFÍCIOS A CONCEDER**

Em linhas gerais, a provisão matemática de benefícios a conceder representa a diferença entre o valor atual das obrigações futuras da Entidade com os participantes ativos e seus beneficiários e o valor atual das Contribuições Líquidas de Patrocinadoras e Participantes ativos, registradas de acordo com a Nota Técnica Atuarial, a saber:

**Benefícios do Plano de Geração Atual** – registram o valor atual dos benefícios a serem concedidos aos integrantes da Geração Atual que não estejam em gozo de benefício; e

**Outras Contribuições da Geração Atual** – registram o valor atual das contribuições futuras líquidas, a serem realizados pelas Patrocinadoras e Participantes que ainda não estejam em gozo de benefício de prestação continuada, excluindo-se toda e qualquer contribuição que dependa do ingresso de novos participantes.

## **10.3. PROVISÕES MATEMÁTICAS A CONSTITUIR**

**Serviço passado** – refere-se aos compromissos (Reserva Inicial) da Entidade, relativos aos participantes ativos e assistidos, avaliados na data de implantação do Plano de Benefícios, sem que tenha havido a arrecadação correspondente de contribuições.

**Reserva a Constituir do PORTUS** – deverá ser paga de acordo com as disposições constantes do Termo Aditivo ou Contrato de Integralização da RTSA.

### **PREMISSAS ATUARIAIS:**

- Tábua de Mortalidade Geral: tábua revista, sendo construída a partir da média aritmética simples entre as taxas de mortalidade indicadas nas tábuas GAM-1971 e GAM-1983;
- Tábua de Mortalidade de Inválidos: tábua revista, considerando-se ajustes da experiência verificada no PORTUS à Tábua GAM-1971(male);
- Tábua de Entrada em Invalidez: tábua revista, considerando-se ajustes da experiência verificada no PORTUS no período de 01/07/1997 a 31/11/2003;
- Tábua de Desligamento: mantida a mesma experiência PORTUS utilizada na avaliação atuarial de 31/12/2003;

- Tábua de Herdeiros: construída com base nas informações sobre os participantes falecidos e seus respectivos beneficiários de pensão no período de 01/01/1994 a 31/12/2003;
- Crescimento real de salário: 1,0% a.a.;
- Capacidade salarial: 97,78%(correspondente ao nível médio inflacionário de 5%a.a.);
- Capacidade de benefício: 97,78%(correspondente ao nível médio inflacionário de 5%a.a.); e
- Indexador Econômico: INPC – IBGE  
Taxa anual de juros: 6%.

#### DEMONSTRATIVO DA COMPOSIÇÃO CONSOLIDADA DO EXIGÍVEL ATUARIAL

	Exercícios findos em	
	31.12.05	31.12.04
<b>Benefícios Concedidos</b>	<b>1.167.060</b>	<b>1.132.897</b>
Benefícios do Plano	1.316.640	1.280.937
( - ) Contribuições do(s) Patrocinador(es) sobre Benefícios	(73.981)	(74.020)
( - ) Outras Contribuições Geração Atual	(75.599)	(74.020)
<b>Benefícios a Conceder</b>	<b>621.283</b>	<b>489.838</b>
Benefícios do Plano com a Geração Atual	867.838	687.312
Benefício Definido	867.838	687.312
( - ) Contribuições do(s) Patrocinador(es) sobre Benefícios da Gera	(61.752)	(40.589)
( - ) Outras Contribuições da Geração Atual	(184.803)	(156.885)
<b>( - ) Provisões Matemáticas a Constituir</b>	<b>(171.662)</b>	<b>(164.858)</b>
( - ) Serviço Passado	(171.662)	(164.858)
<b>EXIGIVEL ATUARIAL - R\$ mil</b>	<b>1.616.681</b>	<b>1.457.877</b>

## 11. Fundos

A evolução ocorrida nos fundos está demonstrada abaixo:

Mutação do Período	Fundos		
	Administrativo	Investimentos	Total
<b>Saldos em 1º de janeiro de 2005</b>	<b>25.585</b>	<b>834</b>	<b>26.419</b>
Resultado dos investimentos do Fundo	3.786	211	3.997
Conversão para cobertura de perda	-	(207)	(207)
(Reversão) Formação de Fundos	(5.802)	740	(5.062)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2005</b>	<b>23.569</b>	<b>1.578</b>	<b>25.147</b>

Mutação do Período	Fundos		
	Administrativo	Investimentos	Total
<b>Saldos em 1º de janeiro de 2004</b>	<b>28.637</b>	<b>508</b>	<b>29.145</b>
Resultado dos investimentos do Fundo	4.536	103	4.639
Conversão para cobertura de perda	-	(244)	(244)
(Reversão) Formação de Fundos	(7.588)	467	(7.121)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2004</b>	<b>25.585</b>	<b>834</b>	<b>26.419</b>

### 11.1. FUNDO DO PROGRAMA ADMINISTRATIVO

É constituído pelo resultado positivo encontrado no confronto das receitas e despesas do programa. Sua remuneração é apurada com base no resultado obtido nas aplicações financeiras, calculado de forma proporcional à sua participação no montante aplicado pelo programa de investimentos. Em virtude do montante obtido para Custeio Administrativo ser insuficiente, recursos do Fundo são revertidos para sua cobertura.

### 11.2. FUNDO PROGRAMA DE INVESTIMENTOS

Constituído para quitação dos saldos de empréstimos não saldados em decorrência do falecimento de Participantes e Assistidos.

## 12. Custeio Administrativo

Na Demonstração de Resultados de Exercício do programa previdencial, o item "Custeio Administrativo" representa o valor líquido das importâncias transferidas ao programa administrativo para cobertura de suas respectivas despesas.

As despesas administrativas alcançaram no exercício o valor de R\$ 11.339 mil representando uma redução de R\$ 1.074 mil, comparadas ao exercício anterior. Representam 30,72% das contribuições previdenciais, sendo 22,72% despesas da administração previdencial e 8% da administração de investimentos. O excedente de 15,72% sobre limite permitido foi revertido do Fundo Administrativo.

Cabe ressaltar, que a insuficiência para cobertura das despesas com a estrutura atual do PORTUS originou-se pela redução das receitas, ocasionadas pela redução progressiva da massa de participantes no sistema.

A seguir apresentamos quadro sobre o assunto:

Descrição	Exercícios findos em	
	31.12.05	31.12.04
Receitas Administrativas	-	1
Despesas Administrativas	(11.339)	(12.413)
Administração Previdencial	(8.388)	(10.784)
Administração de Investimentos	(2.951)	(1.629)
Recursos Oriundos de outros programas	5.537	4.824
Sobrecarga administrativa	(5.802)	(7.588)
Resultado dos Investimentos Administrativos	3.786	4.536
(Reversão) Constituição do Fundo	(2.016)	(3.052)

Neste contexto, o limite das despesas, apurado ainda com base no Art. 42 da Resolução MPAS CPC Nº 01/78, superou as receitas transferidas pelo programa previdencial. Contudo, essa insuficiência foi coberta por uma reversão, no mesmo valor, do Fundo Administrativo, conforme preceitua o item IV.2.3 da Resolução CGPC nº 10, de 5 de julho de 2002, e conforme demonstrado no quadro da Nota 11.

### 13. Resultado do Exercício

O resultado está assim constituído:

Formação	31.12.05	31.12.04
Resultado do Programa de Investimentos	47.009	53.759
Resultado do Programa Previdencial	17.884	(69.544)
Resultado do Programa Administrativo	(11.339)	(12.412)
	53.554	(28.197)
( - ) Constituições de Provisões Matemáticas	(158.804)	(236.943)
( + ) Reversão do Fundo Administrativo	2.016	3.052
( - ) Constituição do Fundo de Investimentos	(744)	(326)
<b>Déficit do Exercício - R\$ mil</b>	<b>(103.978)</b>	<b>(262.414)</b>
Resultado acumulado até o exercício anterior	(1.034.751)	(772.337)
<b>Resultado Acumulado - R\$ mil</b>	<b>(1.138.729)</b>	<b>(1.034.751)</b>

**Demonstramos a seguir o resultado deficitário apurado pela Globalprev por Patrocinadora:**

<b>PATROCINADORA</b>	<b>VALOR</b>
PORTOBRÁS – Empresa de Portos do Brasil S/A	26.683
PORTUS – Instituto de Seguridade Social	5.978
CODOMAR – Companhia Docas do Estado do Maranhão	5.206
CDC – Companhia Docas do Estado do Ceará	30.799
CODERN – Companhia Docas do Estado do Rio Grande do Norte	35.114
CODEBA – Companhia Docas do Estado da Bahia	60.547
CDP – Companhia Docas do Estado do Pará	38.835
CDRJ – Companhia Docas do Estado do Rio de Janeiro	213.869
Porto do Recife S/A	22.029
DOCAS PB – Companhia Docas da Paraíba	5.165
CODESA – Companhia Docas do Estado do Espírito Santo	75.313
SNPH – Sociedade de Navegação do Porto e Hidrovias do Estado do Amazonas	13.348
CODESP – Companhia Docas do Estado de São Paulo	592.572
SPI – Superintendência do Porto de Itajaí	10.337
EMAP – Empresa Maranhense de Administração	2.934
<b>RESULTADO DEFICITÁRIO</b>	<b>1.138.729</b>

**14. Transferências Interprogramas:**

O Portus opera os seguintes programas:  
Previdencial, Administrativo e de Investimentos.

As transferências interprogramas são efetuadas nas contas de resultados de cada programa, a fim de registrar as cobranças e repasses de recursos entre os programas, de acordo com a Resolução MPAS/CGPC nº 10, de 5 de julho de 2002, assim resumidos:

- Na demonstração do resultado do Programa de Investimentos, a rubrica “Resultados Transferidos para outros Programas, corresponde ao resultado líquido dos investimentos, o qual é transferido para o Programa Previdencial, após deduzida a remuneração do Fundo Administrativo, cujo valor é transferido para o Programa Administrativo.
- Na demonstração do resultado do Programa de Investimentos, o valor referente à rubrica “Recursos oriundos de Outros Programas” corresponde ao Custeio Administrativo que é transferido do Programa Previdencial. A rubrica “ Recursos transferidos para Outros Programas”, refere-se aos recursos transferidos do Fundo Administrativo para cobertura de insuficiência do Custeio Administrativo.

## 15. Outras Informações

### a. ADMINISTRAÇÃO DOS INVESTIMENTOS

O Instituto mantém contrato com pessoa jurídica credenciada na Comissão de Valores Mobiliários para atuar como agente custodiante e responsável pelo fluxo de pagamentos e recebimentos relativo às operações nos segmentos de renda fixa e renda variável. A administração dos investimentos é exercida pela própria Entidade, observando o que dispõe sua Política Anual de Investimentos, devidamente aprovada pelo Conselho Deliberativo.

### b. Disponível

Os saldos elevados apresentados em 31/12/2005 são os seguintes:

- HSBC Bank – R\$ 1.166 mil, comprometido para liquidação da compra de ações da CSN em 04/01/06;
- BRADESCO – R\$ 784 mil, depósitos vinculados efetuados por Patrocinadoras.

### c. EQUACIONAMENTO DO DÉFICIT ATUARIAL

Conforme Nota Técnica da Avaliação Atuarial em 31/12/2005 do Plano de Benefício Portus 1 – PBP1, elaborada pela Globalprev Consultores Associados, datada de 09 de fevereiro 2006, para equacionamento do déficit apresentado é recomendado a imediata adoção de medidas tais como:

- Elevação das taxas contributivas possivelmente associadas com a redução de benefícios futuros;
- Saldamento imediato do PBP 1;
- Reformulação do Plano de Custeio e/ou Plano de Benefícios.

### b. Mudanças na Administração do Portus em 2005

ORGÃO	NOME	CARGO	POSSE	DESLIGAMENTO
Conselho Deliberativo	Wildjan da Fonseca Magno	Presidente	05/09/2002	04/08/2005
Conselho Deliberativo	Augusto César Pimenta Lima	Membro	05/09/2002	29/08/2005
Conselho Deliberativo	Augusto César Pimenta Lima	Presidente	29/08/2005	-
Conselho Fiscal	Ronaldo Vieira Malta	Membro	24/02/2005	-
Conselho Deliberativo	Márcia Rubino Ferreira Pereira	Membro	29/08/2005	-

## Diretoria Executiva

<b>NOME</b>	<b>CARGO</b>	<b>POSSE</b>	<b>DESLIGAMENTO</b>
Marcio Campos da Silva	Diretor Presidente	21/05/2004	04/08/2005
Wildjan da Fonseca Magno	Diretor Presidente	04/08/2005	-
Luiz Carlos Prado	Diretor Financeiro	08/08/2003	04/08/2005
Adrei Antonio Degásperi	Diretor de Seguridade	12/09/2003	04/08/2005
Adrei Antonio Degásperi	Diretor Financeiro	04/08/2005	-
Adrei Antonio Degásperi	Diretor Administrativo	04/10/2002	12/09/2003
José Renato Inácio de Rosa	Diretor de Seguridade	04/08/2005	27/09/2005
José Camilo de Faria	Diretor de Seguridade	20/10/2005	-
Paulo Albino Santos Soares	Diretor Administração	12/09/2003	04/08/2005
João Batista Andrade Lopes	Diretor Administração	04/08/2005	29/11/2005
Javacidnei Cosme Cuiãs	Diretora Administração	29/11/2005	-

### c. FORMA DE DIVULGAÇÃO

Através de Boletim Informativo e pela Internet através do site [www.portusinstituto.com.br](http://www.portusinstituto.com.br), o PORTUS divulgará a todos os seus Participantes as Demonstrações Contábeis e os Investimentos.

**WILDJAN DA FONSECA MAGNO**  
Diretor-Presidente  
CPF: 002.902.891-49

**JOSÉ CAMILO DE FARIA**  
Diretor de Seguridade  
544.529.537-00

**ADREI ANTÔNIO DEGÁSPERI**  
Diretor Financeiro  
CPF: 220.386.478/87

**JAVACIDNEI COSME CUIÃS**  
Diretora Administrativa  
CPF: 584.368.717-15

**VALDIR DE OLIVEIRA**  
Contador  
CRC-RJ-016324/0-1  
CPF: 038.061.627-00